

CAPÍTULO 2

QUANDO AS PLANTAS COMIAM CÃES E OS HOMENS TINHAM RABO: A TEORIA DA CADEIA DO SER NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Christian Fausto Moraes dos Santos

Meu primeiro professor de paleontologia era quase tão velho quanto os animais de que falava. Costumava dar aula lendo, em folhas de papel almaço, notas amarelecidas, provavelmente feitas em seus dias de estudante. Entrava ano e saía ano, mas as palavras não mudavam. Apenas o papel ficava ainda mais amarelo [...]. É uma bênção que ele nunca tenha tido de lecionar evolução humana (GOULD, 1992b).

Introdução

Foi a partir do século XVIII que os manuais sobre práticas agrícolas, mineralógicas e têxteis começaram a circular na América Portuguesa, bem como as primeiras iniciativas no que se refere à organização de sociedades e instituições preocupadas com o estudo do mundo natural. Mas será no século XIX, em especial, que as sociedades científicas, caracterizadas então nos vários museus e Institutos Históricos e Geográficos regionais, irão se multiplicar por todo o Brasil. Nesse contexto, pretendo aqui observar não somente como tais entidades foram se formando com o passar dos anos, mas também quais fatos e fenômenos históricos e naturais eram aceitos como plausíveis de investigação pelas mesmas. Para tanto, elegi alguns artigos e notas de pesquisa, veiculados na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que noticiam, entre outros fatos curiosos, a

descoberta de homens com rabo no oriente e plantas carnívoras gigantes na América Central. O que pretendo discutir é não somente o quão verídicas essas notícias podiam ser consideradas, mas também as teorias e concepções que à época as endossavam.

Alguns aspectos acerca da divulgação de saberes sobre a história natural na América Portuguesa do século XVIII

Será a partir do movimento de Ilustração luso que notaremos, tanto em Portugal quanto em suas colônias, uma crescente preocupação em se observar e, sobretudo, avaliar a potencialidade das ‘riquezas naturais’, principalmente aquelas encontradas na América Portuguesa.

A Revolução Industrial, a disseminação das Luzes na Europa, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a série de eventos que antecederam as invasões napoleônicas, bem como o Congresso de Viena, modificaram, em muito, a maneira como vinha se produzindo e disseminando o saber. Em Portugal, membros de uma elite em sintonia com as mudanças que ocorriam no campo de estudo da política, filosofia e (nascentes) ciências naturais foram receptivos a tais ‘reformulações’. Novos ambientes e meios sociabilizadores se constituíram em Portugal na forma de instituições voltadas à produção e difusão dos saberes, a exemplo do que se vinha assistindo na França e Inglaterra.

Domenico Vandelli, naturalista italiano, foi convidado, pelo marquês de Pombal, para lecionar no Colégio Real dos Nobres de Lisboa e, posteriormente, na Universidade de Coimbra, onde foi lente de química e história natural, sendo ainda nomeado diretor do Real Jardim Botânico, no qual trabalhava na aclimação de plantas exóticas com real potencial de exploração econômica – então denominadas de plantas ‘úteis’. Ele escreveu em uma de suas obras de história natural:

O homem só com a força de sua imaginação não podia comer, nem vestir-se, nem executar os seus desejos; enfim nada podia fazer sem o auxílio das produções naturais, que são a base de

todas as artes, de que dependem, principalmente os cômodos e prazeres da vida. Pois, que o conhecimento delas contribui à felicidade humana (VANDELLI, 1786, p. 5).

Desse modo, podemos observar que, entre os lusos, o uso pragmático das ciências era ideia corrente nesse período. O saber acerca do mundo natural não tinha uma finalidade em si, ou seja, o que costumamos hoje nomeadamente chamar de ciências puras não possuía muito sentido àquela época. A matemática, a física ou a química tinham sua importância diretamente ligada à aplicabilidade no cotidiano. Um teorema tornava-se interessante na medida em que pudesse servir à elaboração de um novo tipo de arado ou moinho. Obviamente, não se desprezavam simplesmente todos os constituintes da natureza que não gerassem um saber útil. O decifrar dos signos que pudessem levar a meios mais competentes de exploração da natureza tinha de passar por um amplo inventário sobre ela. Afinal, se um inseto como a cochinha, *Cast cochinilla*, podia prover o homem com corantes como o carmim e a goma-laca, outras cochinhas, como a branca *Dysmicoccus brevipes* e a cabeça-de-prego *Chrysomphalus ficus*, eram verdadeiras pragas de frutos como o abacaxi e a laranja.

Portanto, o conhecimento deveria ser acumulado, mas, principalmente, com fins de atender a necessidade de se obter novos subsídios para as explorações comerciais das colônias que, nesse período, estavam escapando por ‘entre os dedos’ da coroa portuguesa. Aliás, a América Portuguesa estava se tornando a única colônia do além-mar que possuía potencial exploratório que superava a política de caça e coleta. A promessa de uma revitalização da metrópole não se encontrava mais no machado e na bateia, mas no arado e no trado.

Nesse contexto, as Terras do Brasil eram, sem dúvida, as mais valorizadas de todas as colônias pertencentes a Portugal. A potencialidade de riqueza que ainda se encontrava ‘encravada’ em terras brasileiras era enorme, fosse na fertilidade do ‘solo ativo’, propício à cultura de espécies naturais ou exóticas, que possuíam um mercado consumidor ávido na Europa, fosse num subsolo generoso em gemas e minérios, indispensáveis ao fabrico de ornamentos e vestes de reis, rainhas e príncipes do Velho Continente. E, apesar de toda a ‘má vontade’

biogeográfica veiculada por nomes como Buffon e De Pauw, que afirmavam, de maneira categórica, que animais, vegetais, clima e solo do Novo Mundo eram degenerados e degeneradores (GERBI, 1996), a própria *Encyclopédie*, organizada e editada por Diderot e D'Alembert (1989), concorda com a concepção Ilustrada portuguesa, pois no verbete *Brésil* discorre sobre a fertilidade e os produtos naturais provenientes dessa colônia de Portugal.

Obviamente, não posso afirmar que todas as obras de 'divulgação científica' produzidas nesse período se resumem a uma produção bibliográfica de cunho utilitarista. Entretanto, esse contato sistematizado com o mundo natural durante o século XVIII visava, em grande parte, a um melhor conhecimento sobre a paisagem, topografia, solo, plantas, animais, minerais, física, química e suas possíveis aplicabilidades, como, por exemplo, no campo da extração de minérios com potencial econômico e no uso da mecânica para a implementação de engrenagens de moinhos, engenhos ou monjolos. Nesse sentido, a Casa Literária do Arco do Cego, instaurada em Lisboa, foi uma das primeiras iniciativas de registro e divulgação do saber produzido sobre o território brasileiro por um órgão estatal (CAMPOS, 1999).

No referente à catalogação e fixação das espécies animais e vegetais e, principalmente, à divulgação dos mesmos por meios impressos, não poderia aqui me furtar em citar o trabalho de Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), religioso da ordem franciscana que, no fim do século XVIII, catalogou grande parte da flora fluminense. Nesse trabalho, encontram-se descrições e pranchas de cerca de 1.640 vegetais da biota brasileira (PORTELA, 1999). Outra empreitada de Frei Velloso foi a que se deu a partir de sua nomeação, pelo Príncipe Regente D. João, para a diretoria da Tipografia do Arco do Cego.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), então Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, foi idealizador do Arco do Cego. Pretendia criar uma tipografia e calcografia que se destinassem a difundir obras que estimulassem o progresso de sua maior colônia, ou seja, o Brasil, principalmente nas áreas de agronomia e história natural. Além dessas áreas, no Arco do Cego se

encontram publicações de obras que versam sobre ciências exatas, história, obras náuticas, plantas medicinais, medicina e saúde pública (FARIA, 1999).

Essa Tipografia ou Casa Literária, apesar de ter exercido suas atividades em Portugal em um curto período (1799 a 1801), tem inestimável valor para a história da ‘divulgação científica’ em língua portuguesa. Nos aproximadamente 28 meses de sua existência, foram publicados mais de 80 títulos. Apesar de ainda hoje não ter sido encontrado o documento legal da constituição de tal estabelecimento literário, acredita-se que a idealização da Casa Literária do Arco do Cego tenha sido fruto da vontade política de D. Rodrigo de Souza Coutinho, que depois receberia o título de Conde de Linhares. Dom Rodrigo viu em Frei José Mariano da Conceição Veloso o homem certo para ocupar o cargo de diretor do Arco do Cego. Nesse período, Frei Veloso já havia se notabilizado como possuidor de grandes qualidades de coletor e herborizador das espécies botânicas da América Portuguesa, principalmente a fluminense. Segundo Margarida Leme (1999, p. 77), “Se D. Rodrigo pode ser considerado o mentor desse empreendimento editorial, frei Veloso foi o seu gestor e animador”. Frei Veloso foi, de certo modo, um entusiasta da ‘divulgação científica’ que visava, principalmente, à implementação econômica do reino e do Brasil.

Entretanto, como já afirmei, a calcografia do Arco do Cego operou por um espaço de tempo muito breve e, apesar de não ter sido a única iniciativa luso-brasileira desse período, foi, sem dúvida, a mais expressiva no campo da divulgação dos saberes acerca do mundo natural em língua portuguesa no século XVIII.

O século XIX, as sociedades e obras de divulgação científica no Brasil

No século XIX, assistiremos ao surgimento de sociedades científicas de maneira mais especializada. Estava se tornando necessário maior grau de ‘compartimentalização’ de um saber crescente, aliado a técnicas cada vez mais sofisticadas. Foi em 1840, na cidade de Glasgow, Escócia, que nasceu oficialmente o termo ‘cientista’, cunhado pela Associação Britânica para o Progresso da Ciência, que havia sido fundada em 1831 para filiar um encontro

anual, no qual cientistas pudessem reunir-se e, desse modo, discutir, de maneira acessível, seus trabalhos.

Foi na fundação das sociedades científicas durante o século XIX que observamos a necessidade dos pesquisadores em levar a público o relato de seus experimentos, especulações, observações e viagens. Nos Estados Unidos, a Associação Americana para o Progresso da Ciência foi fundada em 1848 e, a partir daí, surgiram os periódicos científicos de caráter popular, publicando, principalmente, artigos de ciência aplicada. Não demorou muito para que esse tipo de periódico pudesse ser encontrado em outros países, os quais, a exemplo da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América, começaram a organizar, de maneira mais meticulosa, não somente os estudos de seus cientistas, mas também os próprios cientistas. Obviamente, essas iniciativas não eram tomadas somente por órgãos oficiais. Muitas sociedades, como a famosa Sociedade Lunar, fundada por Matthew Boulton, William Small e Erasmus Darwin (este, avô de Charles Darwin), na Inglaterra, eram pensadas por homens que pretendiam criar espaços para a ‘discussão de assuntos científicos’ (RONAN, 1987).

No Brasil do século XIX, com a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, observamos várias instituições criadas com o incentivo do Príncipe Regente, muitas delas atuantes ainda hoje. Podemos aqui citar as escolas médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro, de 1808, as quais, em 1832, foram transformadas em faculdades de medicina; a Academia Real Militar, criada em 1810, que deu origem à Escola Central em 1858; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874, um horto e depois o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 1818, deu-se a criação de um Museu de História Natural, depois chamado Museu Imperial e, por fim, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DANTES, 2001).

No referente a uma ‘iniciativa privada’ no Brasil, com vistas à produção, discussão e divulgação daquilo que se convencionava chamar, no século XIX, de conhecimento científico, podemos dar destaque à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1825, e à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro, em 1838. As atividades se pautavam —

segundo o discurso de seu primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa — por duas diretrizes centrais: a coleta de documentos e o incentivo ao ensino da História do Brasil. Nesse período, talvez a obra brasileira de caráter ‘científico’ que mais circulou no Brasil tenha sido o *Manual do agricultor brasileiro*, publicado (por duas vezes) em 1839 na cidade do Rio de Janeiro (TAUNAY, 2001). Seu autor, Carlos Augusto Taunay (1791-1867), era filho de Nicolas Antoine Taunay, este último um dos membros da Missão Artística Francesa de 1816.

Nos anos de 1870, ainda sob o governo do Príncipe Regente, observamos uma série de medidas reais que ampliaram, em muito, os ambientes científicos: a reforma do Museu Imperial e das escolas profissionais e a autonomia do Observatório Astronômico. Já no fim do Império, foi criada a Comissão Geológica do Império, que subsistiu de 1875 a 1877. Enquanto isso, fora de São Sebastião do Rio de Janeiro, surgiram instituições que também visavam à abordagem do saber em ciência, como foi o caso da Escola de Minas de Ouro Preto, de 1875; a Imperial Estação Agrônômica, em 1887, convertida no Instituto Agrônomo de Campinas, e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, em 1886.

Até o início do século XX, houve crescente registro das escolas profissionais e das instituições dedicadas à pesquisa, pois, em 1916, foi criada a Academia Brasileira de Ciências, uma associação científica de âmbito nacional. Todas essas instituições que se estabeleceram no Brasil no decorrer do século XIX buscavam, como fim comum, o armazenamento de coleções, permitindo, desse modo, o desenvolvimento de estudos que começaram a ser melhor delineados no século XVIII, quando a disciplina Filosofia Natural estava presente na maioria das instituições de ensino europeias e era composta por estudos em física, química, agricultura, história natural (nos quais se encontravam inseridas a zoologia, botânica e geologia), farmácia, cirurgia e medicina.

No século XIX, as viagens científicas já eram encaradas como empreendimento digno de financiamento, gerando uma nova gama de possibilidades profissionais para os cientistas viajantes e viajantes

(esporadicamente) cientistas, contratados ou financiados para o ‘esquadrinhamento’ de novas regiões (ou domínios, também conhecidos como colônias).

Portanto, no século XIX, as disciplinas que compunham a Filosofia Natural eram o objeto principal de quase todas as instituições ‘brasileiras’ citadas anteriormente. No caso específico da história natural, esta, que tinha seu lar nos museus, já não era somente um objeto de curiosidade burguesa, passando a receber prestígio comercial. Das descrições de compêndios, passou-se à organização de jardins botânicos e museus de história natural, que agora não existiam mais com o único intuito de saciar os olhares curiosos dos visitantes. Entre os papéis e jornais utilizados para herborização e nas estantes de madeira e vidro destinadas aos espécimes zoológicos e mineralógicos, buscava-se (ainda) saciar a necessidade de novas possibilidades exploratórias.

O caso do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

A partir de 1860, observamos que, no Brasil, havia maior disseminação dos museus e sociedades científicas em nível local. Esses, diferentemente do Museu Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), buscavam desenvolver características mais regionais e especializadas. Os vários Institutos Históricos e Geográficos, que foram fundados em quase todo o Brasil, denotavam bem essa característica. Não coincidentemente, a partir desse período, como afirmam Barnes e Shapin (1979), o naturalismo científico se compôs enquanto ideologia articulada, estabelecendo uma rotina universal do método e procedimento científicos e, dessa forma, foi essa concepção que sustentou rápida e firme ascensão dos novos grupos profissionais denominados ‘homens de ciência’. Para estes, a ciência era universal, o que, em parte, explicaria hoje encontrarmos múmias egípcias e caiaques esquimós no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nesse sentido, um movimento de divulgação científica de caráter regional começou a ser produzido no Brasil. As publicações das revistas dos vários Institutos Históricos e Geográficos brasileiros disseminavam não somente o saber e os ‘avanços científicos’ oriundos das grandes metrópoles. Desejava-se também

realizar estudos, experimentos, especulações referentes às questões e aos problemas regionais.

Nesse período, dentre as iniciativas que visavam divulgar a ciência no Brasil, um caso em especial chamou a atenção. Trata-se do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que, juntamente com o Instituto (IGHB), foi fundado em 1894. Como os demais Institutos que foram criados em vários Estados brasileiros, o IGHB publicava as pesquisas, relatos de experiência e viagens de seus sócios e colaboradores, bem como reproduzia notícias de impacto divulgadas em periódicos do exterior. Entretanto, alguns artigos e notícias por ele veiculadas entre o fim do século XIX e o início do XX (especialmente entre os anos de 1896 e 1901) são, no mínimo, bizarros. Tais matérias foram quase sempre reproduções de artigos e notícias veiculados por órgãos de divulgação científica do exterior, como, por exemplo, a *Revue des Sciences Natureles Appliqués* e o *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*. Nem sempre as fontes de tais notícias eram citadas, enquanto que outras provinham de veículos de divulgação brasileiros, como o *Jornal de Notícias da Bahia* ou o próprio *Jornal do Brasil*.

Elenquei, aqui, alguns exemplos dessas curiosas notícias na esperança de tentar compreender não somente ‘a quantas’ andava o conceito de divulgação científica no Brasil já em fins do século XIX, mas também a compreensão do que era natureza, bem como as teorias que tentavam, nesse período, explicá-la.

Do terrível *Landoctopus*

É na Revista de número 19, de março de 1899, que encontramos um artigo sobre a fantástica descoberta que revolucionaria toda a botânica e zoologia modernas, feita por certo Dr. Eeyners d’Estrey a *Revue des Sciences Natureles Appliqués*, sobre uma planta por ele encontrada e nomeada, na América Central, (convenientemente em latim) de *Landoctopus*. Refiro-me aqui ao terrível ‘nó do diabo’ (O NÓ DO DIABO, 1899).

Segundo o artigo, essa planta, originária da Nicarágua, a qual os indígenas chamam ‘nó do diabo’, também já havia sido observada por outro naturalista, o

Sr. Dunston, que dizia tê-la encontrado em um dos charcos circunvizinhos ao grande lago Nicarágua. A descoberta se deu de maneira quase trágica:

É o caso que o cão do naturalista começou de repente a dar latidos de aflição e voltando-se o dono a ver o que seria, foi encontrá-lo preso numa rede inextricável de filamentos vegetais e era o *Landoctopus*, a planta carnívora, que enleava o cão, que o prendia tenazmente em proveito próprio.

Ramalhuda e sem folhas, com seus numerosos talos flexíveis, dá-lhe a idéia de um chorão despido; seus numerosos fios, verdadeiros tentáculos, são pretos e revestidos de uma goma que pega para não mais largar, secretada pelos porós da planta. Dunston, de faca em punho, cortando aqui, cortando acolá, procurava soltar o cão, com enorme dificuldade, porque os grandes e flexíveis caules do nó do diabo são por demais carnudos (O NÓ DO DIABO, 1899, p. 157).

O naturalista observou que, assim que fora solto, o cão apresentava quase todo o corpo a verter sangue, tendo os potentes tentáculos dilacerado o couro do animal em diversas partes, e este já se encontrava quase morto. A dita planta era realmente muito ágil. Dunston notou também que, enquanto cortava os tentáculos, os mesmos tentavam enrolar-se ao redor de seus pulsos, o que demonstrava uma força tremenda por parte da planta.

Como as condições para um trabalho de campo mais minucioso eram muito adversas, Dunston não pôde proceder a um estudo mais pormenorizado do *Landoctopus* (aliás, um contratempo que, diga-se de passagem, sempre cerca descobertas desse gênero). Tudo o que pôde trazer foram algumas observações acerca da morfologia e etologia (se é que assim podemos nomear o estudo do comportamento de tal organismo) do ‘nó do diabo’. Ele notou que a substância pegajosa que cobria os ‘tentáculos’, ao entrar em contato com a pele, digeriria a mesma quase que automaticamente, ou seja, uma espécie de ‘muco digestivo’. Ainda sobre os cipós ou ‘tentáculos’, observou que todos eram munidos de várias ventosas que se abriam para receber o alimento.

Assim como a pequena e frágil *Dionaea muscipula* (esta também carnívora e habitante de charcos), o *Landoctopus*, após sorver todos os fluidos de sua vítima, abandonava-o, com a diferença de que *Dionaea* capturava suas vítimas

por meio de um sistema de armadilha que funcionava basicamente a partir de estímulo/resposta. Ou seja, quando um inseto desavisado passeava por entre suas folhas em forma de boca, o mesmo acionava minúsculos pelos que avisavam à planta que havia alguém ali para ser capturado. Após alguns dias, a pequena ‘boca’ se abria lentamente esperando que o vento levasse embora a carcaça de sua presa. Aliás, com referência à morfologia das plantas carnívoras, podemos notar que *Landoctopus* seria uma espécie de híbrido entre *Dionaea muscipula*, outro gênero de carnívoras conhecido como *Drosera* (com uma grande variedade de espécies) e, é claro, um certo ingrediente de animalidade, no caso o polvo (cuja espécie mais comum é *Octopus vulgaris*). As *Droseras* são (assim como todas as outras cerca de 300 espécies de plantas carnívoras) pequenas e frágeis. Diferentemente de *Dionaea*, as *Droseras* são ‘caçadoras’ mais passivas, não realizam nenhum tipo de movimento para capturar suas vítimas; mas, assim como o *Landoctopus*, seus pequeninos galhos ou folhas (essa característica varia entre as espécies) são cobertos de uma substância pegajosa que captura suas presas por aderência, digerindo a vítima (quase sempre um inseto) também por meio dessa substância.

Mas de que maneira uma notícia como essa, ou seja, a do descobrimento de um organismo que parece situar-se entre o reino vegetal e o animal, ainda seria alvo da atenção e estudo das comunidades científicas do final do século XIX? Que tipo de paradigma permitia a tal criatura vicejar nas longínquas matas da Venezuela e nas mentes e nos cadernos de campo de cientistas e pesquisadores do final do século XIX? Talvez a resposta mais simples e óbvia esteja na concepção de que os laboratórios, museus e relatos de viagem do século XIX ainda carregavam, tanto por parte do público leigo quanto da comunidade científica, resquícios dos bestiários e gabinetes de curiosidade dos séculos anteriores. Bem, para obtermos uma resposta ou especulação (como queiram) um pouco mais plausível, trago à baila mais três artigos veiculados pela revista do IGHB, que, aparentemente, não têm muito a ver com o insaciável *Landoctopus*.

De homens com caudas a trogloditas caucasianos

São estes, *Um homem com cauda*, *Um novo tipo de Pitheconthropus?* e *Troglodytas modernos*, todos publicados na Revista do IGHB (1896). Dos três, a descrição *Um homem com cauda*, encontrada na Cochinchina francesa na primavera de 1890, é a mais detalhada. Segundo o procurador da República francesa, M. Paulo d'Enjoy, o homem com rabo pertence às tribos que são chamadas de *Moi*, uma palavra de origem Annamita que significaria 'selvagem'. Tais tribos têm vivido na Indochina há muitos anos e supunha M. d'Enjoy que seriam constituídas por macacos, cujas batalhas com os deuses eram descritas nos livros sagrados da Índia e representadas nas esculturas em baixo-relevo encontradas nos templos cambojanos. Ou seja, definitivamente a mitologia indiana corroboraria com a teoria de que não são humanos, pelo menos não *Homo sapiens*. Relata ainda o procurador francês que a província de Bièn-Hoa seria povoada por mois semicivilizados. Estes, por serem 'mestiços', seriam povos modificados física e moralmente pela mescla com o sangue annamita, o que não os impedia de cultivar os campos, fazer suas compras nas lojas e, é claro, pagar tributos ao governo francês.

Em certa ocasião, M. d'Enjoy fora convidado para 'examinar' dois mois que haviam sido presos pela morte de quatro annamitas. Os ditos selvagens possuíam constituição física avantajada, tinham longos cabelos, barbas, unhas semelhantes a garras e seus artelhos projetavam-se para fora como esporões de galo. Segundo d'Enjoy, eles admitiram, sem hesitar, que haviam matado os annamitas, dizendo simplesmente que "um homem que mata, pode matar porque 'ele' mata" (UM HOMEM COM CAUDA, 1896, p. 74). Quando foram informados de que seriam presos, bateram as mãos e *contentes* replicaram:

Nunca fomos tão felizes. Nenhum chefe poderá imaginar casa mais bella que a prisão, e somente para ficar alli o resto da nossa vida, estamos promptos a matar a qualquer de vós (UM HOMEM COM CAUDA, 1896, p. 74).

O psicopatologista e criminologista italiano, Cesare Lombroso (1835-1909), autor muito influente nos meios científicos do século XIX, ao comentar a aparente insensibilidade à dor demonstrada pelos criminosos, afirmou que:

Sua insensibilidade física lembra bem a dos povos selvagens, que suportam os ritos da adolescência, torturas que os brancos nunca aguentariam. Todos os viajantes conhecem a indiferença dos negros e selvagens americanos à dor; os primeiros cortam as mãos fora para evitar o trabalho e riem; os últimos, atados ao poste de tortura, cantam alegremente elogios a sua tribo enquanto queimam lentamente (LOMBROSO apud GOULD, 1992a, p. 223).

É difícil não concordar com Gould acerca das teorias raciais do século XIX, que estabelecem uma provável tolerância à dor dos não-caucasianos como um traço de inferioridade. Pensemos em quantos personagens ocidentais morreram ‘heroicamente’ em meio a dores lancinantes – Santa Joana, queimada viva, São Sebastião, trespassado por flechas, quantos mártires, afogados, esquartejados e enforcados (como o próprio Tiradentes). Porém, quando um índio ou negro não gritam de dor e pedem perdão, só pode significar que eles não sentem dor, logo não podem pertencer à espécie humana (LOMBROSO apud GOULD, 1992a).

Adentrando então as terras dos mois, não demorou muito para que M. d’Enjoy e seus guias capturassem um moi ‘totalmente’ selvagem. Ele tinha a face ovalada, com o nariz protuberante e cabelos lisos. Seus artelhos eram semelhantes aos ‘assassinos confessos’ descritos anteriormente. Porém, o que mais chamou a atenção de d’Enjoy foi o fato de o mesmo ter uma cauda. O próprio d’Enjoy afirmou que:

Esta descoberta causou-me espanto. Aproximei-me d’elle e para certificar-me de que não era vítima de uma illusão, tacteei o appendice caudal do selvagem. Verifiquei por este meio que a columna vertebral do Moi se prolongava exteriormente alem do corpo 3 ou 4 vertebrae para formar uma pequena cauda semelhante a de um Fauno (UM HOMEM COM CAUDA, 1896, p. 75).

Inquirido, o prisioneiro suspirou e, segundo d'Enjoy, disse:

Antigamente todos os Mois tinham cauda. A cauda era um signal de pura raça e foi-se tornando mais rara em todas as gerações, desde o dia em que o rei Moi, cuja cauda tinha tres covados¹ de extensão, fora conduzido para as ricas planicies de seus antecessores (UM HOMEM COM CAUDA, 1896, p. 75).

Como afirmei anteriormente, casos como esse sofrem de uma maldição: o moi de cauda, capturado pela expedição de M. d'Enjoy, conseguiu fugir à noite, não deixando nada que provasse a existência de sua cauda, além do testemunho do procurador francês. Esse é, sem dúvida, um traço em comum com o 'nó do diabo' venezuelano². Entretanto, não é o fato em comum de não haver provas físicas da existência do 'nó do diabo' e do 'homem com cauda' que procuro elencar, mesmo porque o relevante para nós é o instigante fato de essas 'descobertas' serem publicadas por instituições de divulgação científica respeitadas no século XIX. Afinal, os editores da Revista do IGHB terminam o artigo afirmando que:

Um Moi vivo, porém, com prolongamento da columna vertebral, desembarcando com segurança em Bièn-Hoa ou melhor em Saigon, seria uma pérola de valor (UM HOMEM COM CAUDA, 1896, p. 76).

Os outros dois artigos são, na verdade, notas de pesquisa. O *Um novo Pitheconthropus* (1896) informa que certo Dr. Nehring fez uma descoberta em uma das ilhas da Baía de Santos que certamente iria rivalizar-se com o célebre *Pitheconthropus* que fora descoberto em Java pelo Dr. Dubois. Tratava-se de um crânio humano, porém sem representante atual. Em uma primeira avaliação, Dr. Nehring constatou que o crânio desse homem primitivo apresentava caracteres

¹ Cada côvado equivale aproximadamente a 66 cm.

² Porém, sabe-se hoje que a cauda do moi capturado por d'Enjoy é causada por um processo denominado atavismo, a que todos estamos sujeitos. Talvez o isolamento genético tenha aumentado a incidência dessa anomalia entre a população daquela etnia. A verdade é que o cóccix humano nada mais é que uma cauda atrofiada, prova de que nossos antepassados evolutivos a possuíam.

muito semelhantes aos dos chimpanzés. A *colote cromana* indicava uma forma de transição entre o homem e os primatas superiores. Por fim, os diâmetros e volume do ‘homem de Santos’ do Dr. Nehring o tornavam análogo ao ‘homem de Java’, de Dubois.

A importância dessa descoberta e da semelhança entre os dois indivíduos, um do Brasil e o outro de Java, encontra-se, segundo os editores da Revista do IGHB, no fato que:

ambos revelam signaes evidentes de uma phase transitoria do [homem] actual e os primatas superiores, deve ficar registrada pela sua enorme importancia scientifica (UM NOVO PITHECONTHROPUS, 1896, p. 124).

O terceiro artigo, *Troglodytas modernos*, diz respeito a informações que, segundo os editores da Revista do IGHB, foram colhidas em ‘revistas estrangeiras’. Nele, um capitão inglês de nome Larymore, ao percorrer a Costa do Ouro, na Guiné, encontrou na região, que se estende para além do Koranzas, em um território ainda não explorado, uma raça de homens brancos que habitavam cavernas. Lembram ainda os editores que os documentos até hoje conhecidos sobre tais homens afirmam que eles são de:

[...] um typo louro, de cabellos louros e olhos azues, robustos e intrepidos. Vivem n’essa região n’uma independencia completa e maxima liberdade primitiva. Repellem os estrangeiros e dão caça aos negros quando procuram invadir o seu território (TROGLODYTAS MODERNOS, 1896, p. 125).

A notícia dos ‘trogloditas caucasianos’ é, ao que parece, muito bem recebida pela comunidade científica, segundo os editores da Revista do IGHB. Seriam eles, portanto, ‘restos talvez de todo um passado’, ou seja, uma parte da história humana, ou melhor, uma parte da história de uma determinada raça humana. Afinal, poder-se-ia facilmente descobrir seus “[...] pontos de ligação com as raças actuaes [...]” (TROGLODYTAS MODERNOS, 1896, p. 125). Curioso notarmos que, em se tratando de selvagens brancos, loiros e de olhos azuis,

nenhum traço de degradação é encontrado em seu modo de vida; não são indolentes ou inferiores. Diferentemente de seus conterrâneos de pele negra, têm as características de seu cotidiano romantizadas, pois não é dito que vivem ‘n’uma independência completa e máxima liberdade primitiva?’ Mediante a maneira como defendem seus territórios, podemos notar que os ‘*troglydytas* modernos’ sabem reconhecer a diferença fundamental entre os negros da África e os estrangeiros (que, em regra, são brancos). Notemos que nessa passagem é dito que os estrangeiros são simplesmente repelidos, já aos negros dá-se a caça. É obvio que, no fim do século XIX, um branco, mesmo ainda sendo troglodita, não poderia ser equiparado a um negro. Pausas à parte para a pequena discussão aqui levantada acerca da descrição física e comportamental dos trogloditas caucasianos, voltemos à caça dos traços em comum entre o ‘nó do diabo’, o ‘homem com cauda’, o ‘novo *Pitheconthropus*’ e os ‘trogloditas modernos’.

Considerações

A que ‘malabarismos historiográficos’ poderíamos aqui recorrer para dar uma mesma significação a quatro notícias científicas, ou seja, quatro fontes documentais do fim do século XIX aparentemente tão díspares? A resposta, acredito, não pode ser obtida tendo como eixo teórico norteador apenas o instrumental disponibilizado por aquela historiografia a que estamos acostumado a recorrer. No caso aqui levantado, a busca de uma resposta ao porquê de tais notícias serem veiculadas por meios de divulgação científica no Brasil do fim do século XIX, bem como a pertinência das mesmas. Algumas hipóteses e teorias, traçadas no campo da biologia, e em especial da paleontologia e da biologia evolutiva, tornam-se fundamentais para a explicação a que agora tentarei proceder.

Hoje, todos os humanos são classificados como pertencentes a uma única espécie, ou seja, *Homo sapiens*. Mas Lineu, em sua obra que iria fundar a taxonomia animal e vegetal, o *Systema naturae* (Sistema da natureza), de 1758, reconheceu a existência de uma segunda espécie, *Homo troglodytes* (LINNAEUS, 1758). Essa espécie era ativa somente à noite e falava em sibilos. Porém, Lineu

não parou por aí, ele aventou também a possibilidade de existir uma terceira espécie, *Homo caudatus*, ou o homem com cauda. Entretanto, Lineu admitiu que essa espécie, pela ausência de maiores informações, não podia ser por ele classificada como pertencente ao gênero humano ou ao simiesco. Situações como essa levaram o sistemata sueco a adotar uma teoria chamada ‘cadeia do ser’, ou seja, diante de informações veiculadas por relatos e observações de viajantes, contendo descrições de tais criaturas, Lineu previa a existência de formas intermediárias entre símios e humanos.

A ‘cadeia do ser’, amplamente aceita e divulgada no século XVIII, é a principal pista para compreendermos a relação existente entre as quatro notícias divulgadas pela Revista do IGHB no fim do século XIX. O que essa teoria propalava era que todos os seres da natureza formavam uma única cadeia, que se iniciava no mais simples organismo unicelular até chegar ao ser humano (que, obviamente, era o mais complexo e perfeito). No entanto, até mesmo para os estudiosos do século XVIII (e também do XVII) a teoria da ‘cadeia do ser’ apresentava algumas lacunas, que tinham, a todo custo, de serem preenchidas. Sir Thomas Browne, em 1642, na sua obra intitulada *Religio Medici*, afirmava que as lacunas ampliavam-se conforme se subia a escala:

Existe neste Universo uma Escala, ou Escala manifesta de criaturas, que não ascende desordenadamente, mas com um método conveniente e proporcional. Entre criaturas com mera existência e coisas com vida, existe uma grande desproporção de natureza; entre plantas e animais, ou criaturas de sentidos, uma diferença ainda maior; entre eles e o Homem, uma bem maior: se a proporção persistir, entre o Homem e os Anjos deve existir uma ainda maior (BROWNE apud GOULD, 1990, p. 244).

Para os defensores da cadeia do ser, uma de suas preocupações básicas, como já disse acima, era a de preencher os espaços vazios. E a existência do *Homo troglodytes* e a do *Homo caudatus* eram o encontro do ‘elo perdido’ entre o macaco das savanas e florestas, o homem das savanas e florestas e o homem da cidade. O que dizer então do *Landoctopus*? Que maravilhas essa criatura não

revelaria? Ora, simplesmente como se comportava a natureza quando da transição entre o vegetal e o animal.

Charles Bonnet, na busca de uma continuidade entre minerais e plantas, chegou a afirmar que o asbesto seria uma forma de transição entre os mesmos, pois a sua natureza fibrosa em muito se assemelhava aos sistemas vasculares das plantas (BROWNE apud GOULD, 1990, p. 264). E a hidra de água doce (um parente dos corais), após ser descoberta em 1739, foi proclamada como uma forma intermediária entre plantas e animais, pois, assim como as plantas, aparentava ser desprovida de órgãos internos complexos e apresentava reprodução assexuada por brotamento. Imagine-se que, juntamente com o asbesto e a hidra de água doce, fosse somado o *Landoctopus* venezuelano. Seria uma prova cabal da existência de uma cadeia que perpassava todas as formas vivas.

Alguns aqui poderão afirmar que estou sendo anacrônico ao utilizar-me de teorias e concepções formuladas nos séculos XVII e XVIII para analisar um documento pertencente ao final do XIX. Pois bem, lembremo-nos de que, excetuando alguns nichos acadêmicos, até hoje a maioria de nós acredita que o conceito de evolução em biologia ainda siga a lógica da escada, ou seja, da cadeia do ser. É senso comum afirmar que evoluímos do macaco. Nada mais absurdo; afinal, os chimpanzés, nossos parentes vivos mais próximos, são, na verdade, membros de um ramo evolutivo lateral e não ancestrais ou formas intermediárias. Para além das concepções leigas, até a década de 70 no século passado, os estudiosos em paleontologia humana acreditavam que as várias espécies de *Australopithecus*, até então encontradas em escavações, eram antepassados evolucionários do *Homo sapiens*. Hoje se sabe que esses dois hominídeos, ambos bípedes e dotados de inteligência, foram espécies distintas e chegaram a coexistir (GOULD, 1992b).

Dessa maneira, a publicação por parte do IGHB sobre a descoberta de ‘um novo *Pitheconthropus*’ brasileiro, que demonstrava ter traços tanto simiescos quanto humanos, ou a de uma criatura (*Landoctopus*) que possuía caracteres pertencentes tanto ao reino animal quanto ao vegetal, além a de ‘homens com rabo’ no interior da África, eram plausíveis na medida que corroboravam em

muito com a ‘cadeia do ser’. Tais descobertas legitimavam tal teoria, ou seja, era o encontro dos ‘elos perdidos’, pois estes deveriam ser encontrados e ‘encaixados’ na longa linha ascendente que seguia da ameiba ao homem.

Mas e quanto aos ‘*trogloidyas* modernos’? Não seriam eles a prova de que o modelo da escada já estava sendo questionado em fins do século XIX? Afinal, a descoberta de trogloditas caucasianos sugere que os brancos procedem de uma linhagem diferente da dos negros. O médico e biólogo inglês, Charles White, apresentou em 1795 suas ideias sobre a cadeia do ser à Sociedade Literária e Filosófica de Manchester sob o título *An account of the regular gradation in man, and in different animals and vegetables* (Descrição da gradação regular no homem e em diversos animais e vegetais). Publicada quatro anos mais tarde, pode-se dizer que essa obra foi um dos baluartes da ‘cadeia do ser’ (WHITE, 1799). White era partidário do poligenismo e considerava as diversas raças humanas como espécies criadas separadamente, concepção que, se bem pensada, era extremamente coerente com o conceito antievolutivo da gradação na cadeia do ser. Ele então se dedicou, em seu tratado, a ordenar as raças em uma sequência única, da inferior para a superior. Para preencher então as lacunas entre homens e macacos, ele tentou elevar a posição dos macacos, enquanto rebaixava as qualidades dos humanos por ele considerados inferiores. Desse modo, segundo White, os orangotangos eram também hábeis cirurgiões, pois realizavam, uns nos outros, procedimentos médicos como o da sangria. No auge de suas argumentações, White descreveu os símios como escravocratas e maníacos (qualidades que, apesar de não serem admiráveis, são bem humanas), pois soube ele que:

[...] eles já raptaram rapazes, garotas e até mesmo mulheres negras, com o intuito de torná-los subservientes aos seus desejos, como escravos, ou como objetos de paixão brutal; e alguns afirmam que mulheres já tiveram filhos de tais uniões (WHITE, 1799, p. 112).

Ou seja, em certas situações, os negros foram até mesmo subservientes aos símios, e a proximidade biológica foi considerada tamanha que as mulheres chegaram a ficar grávidas de seus raptadores. Um verdadeiro ‘planeta dos macacos’!

Em mais de cem páginas, White prossegue se debatendo com dados fisiológicos, antropométricos e comportamentais para adequá-los a seu sistema predeterminado. Que as raças humanas pertenciam a espécies distintas, isso estava claro para White. Ao que parecia, o problema era encontrar uma escada à parte para os brancos, negros e asiáticos. Até que não demorou muito, pois, como vimos na Revista do IGHB de março de 1896 (ou seja, quase 100 anos depois), o capitão Larymore (também inglês), ao percorrer a Costa do Ouro, na Guiné, encontrou trogloditas brancos, loiros e de olhos azuis que habitavam cavernas. Tal notícia teria sido para White a confirmação de suas teorias. Afinal, relembremos aqui que, na ‘cadeia do ser’, é imprescindível a ideia do estático, ou seja, do antievolutivo, pois desse modo se acaba chegando à concepção de que cada raça humana seria distinta em sua criação.

Mathias Guenther lembra que esse axioma contido na ‘cadeia do ser’ foi um alento para os europeus quando da colonização da África em 1800. Era reconfortante saber que ali estavam seres que não eram humanos (nem mesmo quase), mas sim ‘brutos’ que pouco se diferenciavam dos demais primatas. Esse igualamento tornou-se tão arraigado, afirma Guenther, que um grupo de colonos holandeses relatou, em seu diário, ter caçado, matado e comido um boximane durante uma expedição, acreditando que ele fosse o equivalente africano do orangotango malaio. Isso em pleno século XIX (GUENTHER, 1980).

O biólogo britânico J. Z. Young chegou até mesmo a afirmar que “o elo que falta” poderia também ser chamado de o “*degrau que falta*” (YOUNG, 1971, p. 37). Hoje a ‘cadeia do ser’ ou a ‘escada evolutiva’ são teorias descartadas entre os estudiosos da evolução. Lembremos-nos ainda de que a ‘cadeia do ser’ não pode ser considerada uma versão primitiva da teoria da evolução. Afinal, a cadeia é um ordenamento estático, uma série de criaturas que foram alocadas por Deus em posições fixas, uma hierarquia que representava a ordem Eterna.

Acredita-se, hoje, que a evolução estaria mais para um arbusto do que para uma escada. Ou seja, os chimpanzés, gorilas e outros símios não são nossos antepassados. A existência deles prova simplesmente que tivemos um ancestral comum. Pelo menos essa é a teoria mais aceita hoje. Teoria que, diga-se de

passagem, é muito recente, haja vista que nem mesmo Charles Darwin viu com clareza a diferença entre a metáfora da escada e a do arbusto na evolução; basta lermos sua viagem a bordo do Beagle ou sua *Origem das espécies* para constatar isso (DARWIN, 1937; 1982).

Conclusão

Por fim, nessa breve abordagem acerca da história da investigação e divulgação científica no Brasil do século XIX, pudemos observar não somente as percepções sobre a natureza, mas também o modo como concepções do que eram o saber e a verdade nas investigações acerca do mundo natural foram se estruturando, ora manipulando fenômenos naturais, ora interpretando-os da maneira mais conveniente. Ou seja, como está imbricada a relação entre ciência e sociedade e como o quesito social influencia ao mesmo tempo em que é influenciado por certas teorias ‘científicas’ correntes nesse período. Como pudemos ver, o caso das teorias do poligenismo e da cadeia do ser que, indiscutivelmente, atravessaram o atlântico e ajudaram a normatizar e entender como naturais certos fenômenos, hoje considerados sociais (como a escravidão, por exemplo) ou fantasiosos, como o *Landoctopus*. Desse modo, a abordagem histórica e interdisciplinar nos permite compreender como e por que a notícia da descoberta de plantas carnívoras vorazes, homens com rabo, trogloditas caucasianos e *Pitheconthropus* santistas figuravam nas páginas de um órgão de divulgação científica no fim do século XIX. O que hoje nos parece mera curiosidade ou bizarrice era, no século XIX, a ciência útil, a pesquisa a serviço de um Estado que buscava, em todo e qualquer fenômeno da natureza, um recurso.

Outro aspecto que caberia observar é o de que as fontes documentais aqui discutidas, quando vistas sob um olhar interdisciplinar entre História e Biologia Evolutiva, revelaram que aquela parcela da sociedade brasileira do século XIX, que se preocupava com a investigação e pesquisa no Brasil, estava a par não somente das notícias e publicações oriundas de instituições e revistas de ciências vindas de fora do país (em especial da Europa), mas também estava em sintonia

com as discussões e teorias que circulavam nos gabinetes e laboratórios do exterior.

Para além das discussões e dos métodos investigativos em história que privilegiam um olhar do imaginário ou das representações, acredito que tais fontes venham nos ensinar que a interdisciplinaridade, principalmente aquela estabelecida entre História e Ciências Naturais, é, em alguns casos, imprescindível. E onde antes víamos resquícios de antigos bestiários, ou como as representações de seres e habitantes bizarros de terras distantes e exóticas (como as selvas da Venezuela, ou da Costa do Ouro na Guiné) ainda eram impregnadas de fantasia e imaginação, passamos a encontrar uma busca pela comprovação de complexas teorias biológicas, como a da cadeia do ser.

Referências

BARNES, B.; SHAPIN, S. *Natural order: historical studies on scientific culture*. London: Sage Focus, 1979.

CAMPOS, F. Nota prévia: da idéia a prática. In: CAMPOS, F. M. et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. p. 9-13.

DANTES, M. A. M. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: DANTES, M. A. M. (Ed.). *Uma história institucional das ciências no Brasil: espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. p. 13-22.

DARWIN, C. *A origem das espécies*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

DARWIN, C. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1937.

DIDEROT, D.; D’ALEMBERT, J. R. *Enciclopédia, ou dicionário raciocinado das ciências das artes e dos ofícios: por uma sociedade de homens letrados*. São Paulo: Unesp, 1989. Discurso preliminar e outros textos.

FARIA, M. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, F. M. et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. p. 107-137.

GERBI, A. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SANTOS, C. F. M. . Quando os chineses descobriram a América, as plantas comiam cães e os homens tinham rabo: divulgação científica e percepção da natureza no Brasil do século XIX. In: Petry, A.C.; Pelicice, F. M.; Bellini, L. M.. (Org.). *A história do pensamento ecológico: Heróis, anti-heróis e episódios*. 1 ed. Maringá: Eduem, 2008, v. 1, p. 33-52.

GOULD, S. J. *A galinha e seus dentes e outras reflexões sobre história natural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

GOULD, S. J. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

GOULD, S. J. *O sorriso do flamingo: reflexões sobre história natural*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

UM HOMEM com cauda. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 2, n. 7, p. 73-76, 1896.

LEME, M. O. R. P. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia. In: CAMPOS, F. M. et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. p. 77-90.

LINNAEUS, C. *Systema naturae, sive regna tria naturae systematice proposita per classes, ordines, genera & species*. Leiden: Lugduni Batavorum, 1758.

O NÓ do diabo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 4, n. 19, p. 156-158, 1899.

UM NOVO *Pitheconthropus*? *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 2, n. 7, p. 124, 1896.

PORTELA, E. Apresentação. In: VELLOZO, J. M. C. (Ed.). *Flora Fluminensis: estudos preliminares*. Rio de Janeiro: Centro de Memória e Documentação, 1999. p. 7-10.

RONAN, C. A. *História ilustrada da Ciência: a ciência nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

TAUNAY, C. A. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TROGLODYTAS modernos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 2, n. 7, p. 125, 1896.

VANDELLI, D. *Dicionário de história natural*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1786.

WHITE, C. *An account of the regular gradation in man, and in different animals and vegetables; and from the former to the latter*. London: C. Dilly, 1799.

YOUNG, J. Z. *An introduction to the study of man*. Oxford: Oxford University Press, 1971.